

GT - QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

**APRESENTAÇÃO DO DIÁLOGO REALIZADO NA ESCOLA ESTADUAL
GOVERNADOR WALFREDO GURGEL SOBRE A POBREZA***

Bruna Ryliane da Silva Saldanha Simplicio¹
Ozaías Antônio Batista²

RESUMO

O presente artigo é fruto das discussões estabelecidas durante o curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social cursado na Secretária de Educação à distância (SEDIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no período de agosto de 2015 a dezembro de 2016. Teve por objetivo geral identificar a concepção de pobreza dos docentes e equipe pedagógica da Escola Estadual Governador Walfredo Gurgel (Natal/RN), procurando problematizar se as atividades desenvolvidas pelos profissionais permitiam a reflexão da comunidade escolar desse fenômeno. Para isso, buscou-se: analisar a compreensão de pobreza dos docentes e equipe pedagógica; descrever a forma que a pobreza tem se manifestado no espaço escolar; comparar o posicionamento dos profissionais com o Projeto Político Pedagógico e o currículo da instituição e argumentar em favor da atuação de uma equipe multidisciplinar na escola a fim de fomentar estratégias didático-pedagógicas e sociais que sensibilize toda a comunidade escolar para refletir em torno do fenômeno da pobreza e desigualdade social. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com onze profissionais, sendo sete do turno matutino e seis do vespertino. O diálogo revelou a pobreza sendo percebida a partir da necessidade dos discentes em ter alimento e transporte escolar para garantir a chegada e permanência deles na escola.

Palavras-Chave: Pobreza. Desigualdade social. Escola.

*Artigo elaborado para cumprimento de etapa de Conclusão do Curso de Especialização – Educação, Pobreza e Desigualdade Social – EAD (lato sensu). SEDIS/UFRN. Natal, RN 2016.

1 INTRODUÇÃO

Pobreza é comumente identificada como escassez de rendimento, contudo, por mais que a renda faça parte dos requisitos para classificá-la, não a explica por completo. Em 1997 (FRANÇA *apud* OLIVEIRA 2012), a pobreza humana foi conceituada no relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas como

¹ Graduada em Serviço Social – UFRN. Graduada em Gestão de Políticas Públicas – UFRN.

² Professor de Ciências Sociais (UFPI/CPCE). Licenciatura em Educação do Campo.

sendo multidimensional, pois vai além da falta de bens materiais que promoveria um bem-estar, implicando em ausência de oportunidade para uma vida saudável, digna e com autoestima.

Esse fenômeno social não pode ser atrelado apenas ao rendimento, pois em um Estado que não oferece os serviços básicos (saúde, educação, segurança), mesmo aqueles que possuem um rendimento médio¹ elevado não conseguem acessar determinados bens e serviços. O ponto central é a disponibilidade de políticas públicas² por meio do Estado que supram as necessidades básicas da população. Por exemplo, nos países que vivenciaram o *welfare state*³, ter uma renda mínima não era sinônimo de viver sem conforto ou sem dignidade, pois os serviços básicos eram acessados gratuitamente pela população. Por isso, a pobreza deve ser entendida como um fenômeno complexo e multifacetado (ARROYO, 2016).

Critérios que também deveriam ser avaliados para se entender a pobreza são: gênero, idade, etnia ou cor da pele, classe social e econômica, variação de rendimento, lugar de residência, composição e estrutura familiar. Este artigo não objetiva explicar cada aspecto que compõe a pobreza, mas vale salientar minimamente dois deles: o lugar de moradia e a idade, os jovens que não têm oportunidades de trabalho por serem de bairros periféricos, evidencia o preconceito territorial. O território e a faixa etária tem uma relação direta com a pesquisa realizada, no que tange ao público alvo escolhido e a localização de suas moradias.

Aspectos como estes resultam, dentre outras, em dois conceitos oriundos da desigualdade social: a exclusão e a subcidadania, discutidos por Martins (2002). Este

1"Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimado em R\$ 2.056 no trimestre de novembro de 2016 a janeiro de 2017, registrando estabilidade frente ao trimestre de agosto a outubro de 2016 (R\$ 2.040)." Ver mais em (TORRES, 2017).

2 Políticas públicas podem ser compreendidas como um sistema de decisões públicas que visa ações sejam preventivas sejam corretivas com o objetivo de manter ou modificar a realidade de setores da vida social, subsidiados em estratégias e recursos para atingir seu alvo. Pode ser exemplificada de várias formas, uma delas é como um campo de atividade governamental, como a política de educação, de saúde e comercial. (SARAVIA; FERRAREZI, 2006).

3 O Welfare State que significa Estado de Bem-estar Social designa um Estado assistencial que garanti padrões mínimos de qualidade para os serviços básicos como saúde, educação, seguridade social, pois os entende como direitos da população. (CANCIAN, 2007).

autor pode ser exemplificado com um dos teóricos que refletem a pobreza a partir da problematização crítica, as razões são as mais diversas, uma delas seria pela sua transversalidade na sociedade, por exemplo. Mas a questão nesse artigo é: as discussões têm chegado ao espaço escolar? Ela tem sido refletida, questionada, explicada em âmbito de sala de aula? Se sim, como isso vem acontecendo? Quais as justificativas se vêm dado para ela e para a sua superação?

A escola legitimada territorialmente pela sociedade enquanto local oficializado para se obter a educação, compõe uma das projeções de um indicador da América Latina, juntamente com a renda, que mede o grau de 'rigidez' da pobreza, conforme KLIKSBURG (2000), o qual com base na CEPAL (2000)¹ informa que para a educação possa impactar efetivamente na redução da pobreza é preciso no mínimo dez anos de escolarização, e a média na região é de 5,2, isto é, a metade do mínimo necessário para a superação da situação de pobreza.

E este parâmetro acrescido da realidade brasileira, a qual conforme Oliveira (2012) é campeã mundial de concentração de renda, implicando assim num distanciamento abissal entre aquele que detém o capital e o que não. A autora exemplifica que um rico ganha o mesmo que cinquenta e quatro pobres. E este quadro de extrema desigualdade, conferiu ao Brasil o primeiro lugar no ranking dos países com maior concentração de renda.

Dados como estes são problematizados ou são apenas mais um conteúdo para se responder na prova? Afinal, fazem parte do dia-a-dia, como afirma Yazbek (2012). Para responder tais questionamentos, foi perguntado aos professores e equipe pedagógica de uma escola de Natal, qual era a concepção dos mesmos acerca da pobreza. Saber o entendimento é a mola mestra para atingir a compreensão de como essa expressão da questão social vem sendo trabalhada, já que seus resultantes são impactantes na sociedade: "Pobreza é também uma categoria política que se traduz pela 'carência' de direitos, de possibilidade e de esperança" (YAZBEK apud OLIVEIRA, 2012 p. 7).

¹ Ver CEPAL (2000).

Os professores escolhidos para a entrevista foram os que acompanhavam o ensino médio, essa delimitação do público alvo, ocorreu primeiro pelo fato do ensino médio ser um espaço onde há maiores possibilidades de haver essa discussão, e segundo para poder atender a demanda da pesquisa no tempo proposto, já que competia a pesquisadora estabelecer o diálogo com os profissionais da escola, assim como organizar os demais encaminhamentos necessários à pesquisa.

Objetivando uma maior compreensão da dinâmica da escola e a construção de dados que expressassem o contexto escolhido para estudo, se optou por entrevistar 13 profissionais, sendo 7 do turno matutino e 6 do turno vespertino. O turno noturno não foi consultado, por ser um horário que atendem os alunos adultos, provenientes do programa de Educação de Jovens e adultos (EJA). Não contemplando assim o público que almejava-se acompanhar, através da leitura dos profissionais: o de adolescentes e jovens, ou seja, os que estão em processo de maturação e na idade regular educacional, não tendo por objetivo primário a recuperação de anos inconclusos para a formação secundarista.

Teve-se o cuidado de ouvir também a equipe pedagógica: o gestor (a), coordenadores (as) para fornecer maior completude aos dados, afinal à função destes e dos professores somam-se, pois são responsáveis por ações distintas, enquanto uns têm mais contato com os alunos no quesito de lecionar o ensino, os outros acompanham outras necessidades, além de terem um acesso maior com as famílias.

2 MAS O QUE É POBREZA?

Siqueira (2013) define a pobreza como sendo "a outra face da acumulação capitalista" (p.182). Essa concepção está relacionada à teoria marxista, que entende que o próprio meio de produção do sistema capitalista é que a determina, faz parte da estrutura desse sistema. Pois, neste regime societário o desenvolvimento, isto é, o maior acúmulo de riquezas é que gera a desigualdade e a pobreza. Essa aparente contradição é fácil de ser explicada, porque a pobreza cresce proporcional ao processo de acumulação de riquezas. E esta, quando é gerada, não é distribuída, mas

sim acumulada. Quanto mais se produz, mais riqueza é gerada e uma maior quantidade de mais-valia¹ é apropriada.

Nesse sistema de produção é perceptível a pobreza gerada pelo desemprego, que corrobora para o exercito industrial de reserva que auxilia na diminuição de salários, por causa, da lei da oferta e procura. Isso também revela, “uma pobreza que se situam em um nível de exclusão que indica haver pessoas que não têm nenhuma utilidade para o sistema: nem sequer para serem exploradas” (SANTOS apud OLIVEIRA, 2012 p. 11).

Aqueles que vivenciam essa situação são alvos de estigmas que os culpabilizam por se encontrarem nela, desconsiderando, por tanto, que a pobreza é determinada pelo modelo de produção. Siqueira (2013) discorre sobre as visões acerca da pobreza que serão explicadas e exemplificadas com a compreensão dos profissionais entrevistados.

A visão Darwinista é aquela que naturaliza a pobreza. Que explica a situação da pobreza tanto pelo aumento de natalidade, quanto por ela ser inevitável já que é natural, responsabilizando as pessoas por se encontrarem nessa situação, pois elas possuem diferentes capacidades e conforme a lei natural: os mais fortes sobrevivem, ou seja, os melhores capacitados gozarão de maior riqueza. Essa concepção, conforme Siqueira (2013) mascara o fato de a pobreza ser um fenômeno historicamente e socialmente construído, isto é, ela não é natural e, portanto, pode ser superada.

Outra visão citada pela autora é a pobreza como ‘disfunção’ – o indivíduo é responsabilizado e *culpabilizado*. Criminaliza a pobreza para combatê-la e a enfrenta com a educação, a solução é encontrada, por exemplo, lendo livros de auto ajuda, através da religião.

A visão empirista – relacionada ao reducionismo da pobreza. Essa concepção fica no aparente e por isso a análise central acerca da pobreza relaciona-se a renda.

¹“A mais-valia é o termo utilizado por Karl Marx em alusão ao processo de exploração da mão de obra assalariada que é utilizada na produção de mercadorias. Trata-se de um processo de extorsão por meio da apropriação do trabalho excedente na produção de produtos com valor de troca.” (RODRIGUES, 2016)

Daí origina-se a linha que define a pobreza e a extrema pobreza relacionada à renda. A incapacidade de consumo também é considerada. Essa percepção pode ser contemplada nas falas abaixo, nas quais os entrevistados trouxeram suas concepções sobre a pobreza.

A visão paternalista também é explicada por Siqueira (2013), são aqueles que acreditam que a pobreza é resultado da assistência social, ou melhor, da compreensão de assistencialismo que difere da política de assistência. O olhar desenvolvimentista compreende a pobreza como uma fase passageira do capitalismo, próprio de um momento de crise, ela é transitória, isto é, assim que o bolo da economia crescer, como diziam os ditadores militares após o golpe de 1964, ele será dividido entre todos.

Siqueira (2013) aborda a visão da nova pobreza – a compreensão que ela iniciou com a globalização. Também explica acerca da visão 'territorial/grupal' – a pobreza como risco ou exclusão social, a concepção da pobreza está atrelada a algum grupo ou localidade que são conceituados como em risco ou em vulnerabilidade social. E por fim, a visão multidimensional da pobreza que atende um processo que vai além da renda, mas também é cultural, moral, entre outros.

O questionamento acerca da pobreza, se ela era discutida e como ela ocorria na escola, permitiu a reflexão, no sentido de pensar sobre, de um dos profissionais, que reconheceu nunca ter pensado sobre o tema “Bem, eu não tinha pensado sobre o tema, então de repente acho que vou pensar um pouco mais sobre isso. Você me pegou de surpresa. (risos)”. (Entrevistada 05). Ou seja, a pobreza é naturalizada, pensar o que a fundamenta é secundarizado, e um dos resultantes deste processo não dialético é torná-la um problema crônico da agenda política.

3 CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DA PESQUISA

Antes de problematizar os dados construídos no decorrer da pesquisa, é importante uma contextualização do espaço escolar. A Escola Estadual Governador Walfredo Gurgel, localizada na Zona Sul, no bairro de Candelária, desde 1979, funcionando com o ensino fundamental II, o ensino médio e o EJA foi escolhida pela

relação afetiva e profissional estabelecida com os profissionais da instituição. É válido salientar, que pensar a questão da pobreza nessa escola também se constituiu um motivador, pois permite um olhar mais direcionado, já que algumas situações descritas nas entrevistas faziam parte do meu cotidiano enquanto aluna.

A escola tem 985 alunos oriundos, dos bairros: Planalto, Felipe Camarão, Cidade Nova e Pajuçara. Bairros estes pertencentes à periferia da cidade do Natal. Além do diálogo com os profissionais da escola, buscou-se analisar os planos de ensino por disciplinas, assim como o Projeto Político Pedagógico, objetivando ver se na sua ementa ou nos seus objetivos a discussão sobre a realidade vivenciada pelos alunos eram contempladas.

Ao longo do artigo será possível acompanhar dados quantitativos e falas dos entrevistados que foram analisados de acordo com o referencial teórico de estudiosos¹ da pobreza, educação e da área social.

4 DIAGNÓSTICO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA ESTADUAL GOVERNADOR WALFREDO GURGEL

Foram treze os entrevistados, sendo sete do turno matutino e seis do turno vespertino, apenas um (a) docente atuava nos dois turnos. A entrevista era dividida da seguinte forma: As quatro primeiras questões eram mais gerais: Nome, função pedagógica, formação profissional e tempo de escola. As questões cinco e seis buscavam a percepção e o entendimento dos profissionais acerca da pobreza; e da sete a onze a definição apresentada por eles podiam dialogar com situações da escola.

Dentre a função pedagógica dos entrevistados estavam: professores de biologia, matemática, geografia, inglês, educação física, português, história; apoio pedagógico e a gestora escolar. No turno matutino, seis tinham a formação de especialista e um já era mestre. Já no vespertino, três eram graduados, dois eram especialistas e um era mestre.

¹ OLIVEIRA (2012); SIQUEIRA (2015); ARROYO (2016a); ARROYO (2016b); FORTES (2016); PINZANI E REGO (2016); LEITE (2016); FARIA (2016).

Em relação ao tempo de ensino na referida escola, no turno matutino os profissionais tinham de 4 anos a 24 anos de atuação local, já os de turno vespertino o que tinha menos tempo, atuava há um 1 ano e 6 meses, e o com mais tempo estava no Walfredo Gurgel há 5 anos.

Quando questionados sobre a definição da pobreza, as falas que resumem o posicionamento dos docentes foram:

Você não ter condição financeira de arcar com o básico: a alimentação, transporte, moradia, alguns falam "professora você não sabe onde eu moro..." hoje eu acho que internet, é bem importante para quem precisar estudar, para está se atualizando e alguns não têm. Nesse sentido, é o básico: o não ter. (Entrevistada 05)

A fala da entrevistada 05 relaciona-se com a visão empirista explicada por Siqueira (2013), aquela relacionada à renda, ou melhor, há ausência de recursos financeiros para suprir as necessidades básicas. Essa visão era justificada por alguns entrevistados, pelo local de moradia dos estudantes, o que resulta numa complementariedade entre a visão empirista e a visão territorial/grupal dada pelos docentes na definição da pobreza.

Não é difícil termos um parâmetro não, primeiro porque a clientela desta escola é constituída de alunos que vem dos bairros da Zona Oeste: Felipe Camarão e Planalto, nesses bairros não existem escola que atendam a demanda do ensino médio e por ter transporte escolar eles vêm para cá (Entrevistada 11).

A entrevista 11 além de expressar a outra justificativa para identificar a maioria dos alunos como pobres, foi o pertencimento destes aos bairros periféricos da cidade de Natal, também trouxe uma política muito citada e que interfere diretamente na dinâmica escolar: o programa Caminho da Escola¹, a eficácia desta política será abordada indiretamente no próximo capítulo, a partir da perspectiva dos profissionais.

¹ O Programa do Governo Federal Caminho da Escola foi criado em 2007 tendo por objetivo a renovação da frota de veículos escolares com segurança e qualidade para o transporte dos estudantes das escolas municipais, estaduais e rurais. Ver mais em: <<http://www.caminhodaescola.com.br/>>.

5 A POBREZA NO ESPAÇO ESCOLAR

Arroyo (2016) argumenta que a pobreza não só existe, ela persiste e questiona se os currículos escolares já reconhecem a existência da pobreza. As escolas têm recebido esse público, mas a este é direcionado saber as razões geradoras das situações que eles enfrentam cotidianamente? É válido lembrar que não compete à escola solucionar o problema, porém ela é um espaço para se refletir, pensar, questionar. E isso tem sido feito no que concerne à pobreza? Pois se esse assunto for inserido nos currículos escolares, a contribuição será ainda mais significativa, tendo em vista o tempo de debates que serão construídos dentre às 800h anuais que o aluno está nesse espaço. Relacionar sua realidade com as disciplinas escolares permitirá a construção de metodologias distintas que contribuirão com o acesso ao conhecimento de aspectos tão centrais na sociedade. Uma aula de matemática, por exemplo, pode ser utilizada para se explicar a mais valia e mostrar aos estudantes o quanto os trabalhadores são explorados pelo seu trabalho não pago.

Algumas questões sugeridas pelo autor supracitado que levariam os alunos ao conhecimento seriam: "por que eu sou pobre?" "por que a minha família é pobre?" "Que estrutura social é essa que condena a minha família desde século à pobreza e a miséria?"¹.

Questionamentos como esse são essenciais para o processo crítico dialético dos cidadãos em formação. E devem direcionar a elaboração dos currículos, pois Moreira e Silva (1999), afirmam que o currículo é:

O conjunto de todas as experiências de conhecimento proporcionadas aos/às estudantes – que está no centro da atividade educacional. O currículo constitui o núcleo do processo institucionalizado de educação. (Moreira e Silva apud Arroyo, 2016 p. 11)

E como essa realidade tem sido trabalhada na Escola Walfredo Gurgel? Quando questionados se as atividades desenvolvidas na escola permitiam ao aluno

¹ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Llv2NZDRuTg>>.

refletir sobre a pobreza, no turno matutino 6 disseram que sim e 1 não; e no vespertino 4 disseram sim e 2 que não. A resposta que resume é da entrevistada 01¹:

"Alguns professores desenvolvem algum trabalho na sala de aula. Mas o Projeto Político Pedagógico não contempla esse assunto diretamente. Pode até ser colocado... temos que refazê-lo. Ainda não tem, porque as demandas vão surgindo com o tempo". (Entrevistada 01)

Se o Projeto Político Pedagógico (PPP) não contempla, por consequência os currículos também, pois estes são elaborados em concomitância com aqueles. É valido destacar, que 12 dos 13 entrevistados identificavam situação de pobreza na escola, além do que esta demanda não é recente, pois entrevistados que há mais de 20 anos que atuam na escola, classificaram seu público como sendo de *"classe média baixa, pela necessidade do transporte, da merenda. Os bairros que eles vêm: Planalto, Felipe Camarão"*. (Entrevistado 01 e entrevistado 10).

Se o público é identificado, o questionamento que deveria se ter a priori é como atuar de acordo com a realidade vivenciada por eles? O currículo mínimo destinado aos pobres, proveniente de uma visão moralizante da pobreza, não é resposta a esta pergunta.

A fala do entrevistado abaixo exemplifica o que tem sido discorrido e especifica a realidade da escola alvo da pesquisa:

A maioria apenas estuda, vêm de famílias assim eu não sei precisar o salário... Mas de classe C, até B... De família que tem mais condições, mas que estudam aqui para participar do sistema de cotas. E outros alunos por necessidade trabalham e estudam. Trabalham no Mcdonald, no Instituto de radiologia entregando ficha, vendendo pipoca e água em parada de ônibus, em alternativo, salão de beleza, shopping. Mas a maioria é de classe baixa. (Entrevistado 13)

As falas ratificam a pesquisa de Bourdieu (1998), alunos de famílias pobres não vivenciam um ambiente favorável à sua atividade de estudo. E isso permite ressaltar, conforme Pinzani e Rego (2016), que a frequência escolar não é suficiente para a saída do ciclo de pobreza, é necessária, mas sem o amparo de uma escola de

¹ Objetivando preservar o nome dos entrevistados, eles serão mencionados em números, os quais não estão em ordem da entrevista.

qualidade, de condições favoráveis em casa, do apoio dos familiares e dos professores, o discurso de ascensão social é frustrado.

Ao serem questionados se a escola era uma instituição capaz de auxiliar na superação da pobreza, 100% dos entrevistados afirmaram que sim. E Justificaram da seguinte forma:

Porque uma vez que o indivíduo tem essa formação como cidadão, sabe o papel dele, a importância dele se formar, de estudar, isso vai mudar o quadro social geral. Não é uma coisa de um dia para o outro, mas com o tempo isso com certeza leva a melhorar a situação. Os nossos alunos hoje, se eles conseguirem pensar e terem uma formação diferente dos pais deles digamos, tou falando da maioria, então eles conseguirão ter filhos mais conscientes sobre a importância disso. Você sabe que os países de primeiro mundo, a educação está em primeiro lugar. Então acho que não é dado ainda essa importância do nosso país a ponto deles entenderem, porque é a longo prazo, e com certeza iria mudar muito a situação social do país. (entrevistada 05)

É possível identificar na fala referências a países desenvolvidos os quais privilegiaram a educação e gozam do seu investimento, assim como o destaque a formação contínua. Contudo, vale salientar o destaque feito pelos autores Pinzani e Rego (2016), que a formação educacional tem sido secundarizada e quando ela prevalece é carente de princípios que sustentem aspectos da cidadania democrática, isto é, o modelo educativo não capacita as pessoas para serem protagonistas da política, para exercerem uma cidadania ativa (BENEVIDES, 1994), por vezes aspectos educacionais a nível fundamental e médio incita a repetição de fórmulas e gravação de conceitos, prática abissal da formação de um ser pensante, de um cidadão crítico e atuante.

Mas como a pobreza tem se manifestado na escola? Que elementos subsidiaram os professores para que 93% justificassem que a presença na escola?

Em relação a algumas conversas com alunos, de relacionamento de pai e mãe, algumas dificuldades financeiras. A forma de tratamento de pais com mães e entre eles mesmos. Às vezes a forma de linguagem eu acho... Eu acho que é isso. "o que seria esse tratamento?" Esse tratamento seria você chegar para um aluno e perguntar se está tudo bem e eles responderam: não, tá mais ou menos, eu briguei com minha mãe. -- você brigou com sua mãe? -- é ela puxou a faca para

mim, eu o garfo para ela e a gente ficou brigando. "E de pai e mãe seria casos de violência doméstica?" sim... Parece que eles só sabem ser tratados se for com uma certa violência... De só obedecer no grito, eu acho que é porque são tratados assim em casa. Além do grito, a gente não pode, nem deve ser agressivo, mas precisa de um tom de voz mais severo para ser atendido no que a gente quer e manter uma ordem na sala de aula. (Entrevistado 06, grifos da pesquisadora).

As características da pobreza são: A fome; a falta de passagem e a rebeldia. *"Parece que eles (alunos pobres) só sabem ser tratados se for com uma certa violência... no grito"*. O imaginário da ordem para o progresso, mesmo sem a garantia da dignidade humana. Ora, a ausência de uma boa nutrição compromete a saúde do aluno, não ter a passagem compromete seu direito de ir e vir. E isso é muito sério! Não mera rotina do cotidiano. Alunos sem aprender e escola sem funcionar com efetividade, pois 80% não consegue chegar. Até quando essas expressões da questão social não serão enfrentadas? São situações toleradas pelo sistema que rege a sociedade, num país subdesenvolvido que nunca priorizou a garantia por parte do Estado dos direitos básicos para os cidadãos.

A visão moralizante da pobreza é muito constante no discurso. Geralmente esta está sempre atrelada à violência. "Acho que são tratados assim (com violência) em casa" e já que estão acostumados com esse tratamento... Precisa-se que se "use um tom mais severo para manter uma ordem na sala de aula"... Alunos são agitados na sua maioria, será que é porque eles não são o centro do currículo escolar, mas sim o conteúdo? Conforme Leite (2016) bem salientou¹. Mas aos pobres, essa atitude é justificada pela violência típica dos pobres, segundo a concepção moralista, a qual deve ser questionada, não só pelos profissionais, mas para todos os cidadãos, em

¹ A diferença trazida pela autora é a seguinte: **"o sistema seriado:** os conteúdos são o centro das ações pedagógicas; o currículo preza por conhecimentos globais, sem levar em conta as especificidades locais; Os ritmos de aprendizagem são homogêneos; Avaliação classificatória e excludente, que transfere para os estudantes a responsabilidade pelos resultados; Educação entendida como unilateral de conhecimento do (a) professor (a) para o (a) estudante, e como prática de dominação. **Os ciclos de formação humana:** Os sujeitos são o centro das ações pedagógicas; o currículo tem como cerne os conhecimentos para a vida em sociedade e a valorização dos saberes dos sujeitos; cada estudante tem sua necessidade e seu ritmo; avaliação processual entendida como um recurso para a aprendizagem; Educação pensada para o desenvolvimento de sujeitos integrados com seu território." (LEITE, 2016 p. 22, grifo nosso).

especial os que atuam diretamente com a pobreza, assim como aqueles que a vivenciam.

Dentre estes, profissionais que atuam nas políticas públicas da saúde, da assistência social, em instituições responsáveis por defender o direito da criança e do adolescente, como os conselhos tutelares, eles têm sido acionados ou tem acionado a escola? A intersetorialidade tem sido realizada buscando um amparo integral para os cidadãos? Neste caso cidadãos em processo de formação, que tem tido seus direitos negligenciados. Objetivando uma resposta, perguntou-se aos profissionais se exista a necessidade da escola adotar medidas para minimizar os problemas sócio-escolares derivados da pobreza.

Fornecendo o lanche, o transporte, auxílio com a farda. Inclusive já procurou a unidade básica de saúde para que os profissionais retornassem as atividades que faziam nas escolas (palestras, etc.) Mas justificaram que estavam com pouco efetivo. Quanto à assistência social, nunca realizamos nenhum contato. Já o Conselho Tutelar, só dar trabalho, aparece aqui quando acionado por alguma mãe que o filho tenha fugido de casa, vem saber sobre a frequência do mesmo, comportamento. A escola não aciona o Conselho Tutelar, tenta resolver, procura saber os motivos de baixa frequência... Chamamos muito os pais aqui na escola. (Entrevistada 01)

As respostas permitem a compreensão que não há uma intersetorialidade entre as políticas, e quando as instituições interagem o diálogo não flui. A escola tem ações pontuais para solucionar problemas emergenciais: está com fome, fornece-se o lanche; faltou passagem, ajudamos pagando a sua ou pedido para o ônibus retornar. A falta de profissionais capacitados também foi mencionada como um dificultador para resolver as situações que surgem em âmbito escolar. O Programa Mais Educação¹, cujo funcionamento da escola era em tempo integral também foi mencionado como uma forma da escola lidar de forma mais direta, isto é, efetiva com

¹ O Programa Mais Educação é uma estratégia do Ministério da Educação para a construção de uma agenda integral nas escolas públicas municipais e estaduais, que possibilite ao aluno está no mínimo sete horas no contra turno exercendo atividades de esporte e lazer; cultura e arte; comunicação e uso de mídias; acompanhamento pedagógico; educação ambiental; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7. 083/10. (MEC, 2007)

os problemas relacionados à pobreza. Todavia, a forma que o programa funcionava foi bastante criticada pelos professores, por causa da precariedade.

Em relação a outros profissionais para se ter uma ação integral, a equipe multidisciplinar foi considerada enquanto alternativa por cerca de 39% dos entrevistados.

Deveria se ter um psicólogo, assistente social, pois o professor não tem competência de agir em determinadas situações... E não se tem condição de ser professor, assistente social e psicólogo ao mesmo tempo. (Entrevistado 02)

Há necessidade de uma equipe multidisciplinar, isto é, várias formações distintas atuando sob um mesmo propósito na escola foi pontuado, dos profissionais citados estavam o assistente social e o psicólogo, uma professora inclusive sugeriu a construção de polos com uma equipe mais ampla que recebesse demandas escolares de territórios pré-estabelecidos. Sugestão cabível, para os argumentos do Deputado Rodrigo Coelho – ES (2015), que é contrário à proposta da equipe multidisciplinar na escola e justifica com o orçamento da educação que precisa ser ampliando, e o aumento de servidores concorrendo às vagas resultaria no achatamento da renda per capita, além do fato de ser acabar com a integralização das políticas públicas, pois se estará concentrando as ações em uma única política, e esta sozinha não é responsável por assegurar a garantia de direitos, mas sim o Estado. A construção dos polos tanto permitiria um comprometimento menor ao orçamento da educação, quanto atenderia a demanda escolar por esses profissionais. É sabida a importância de se atuar em rede e as políticas dialogarem, contudo, instituições como o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, que teria os profissionais citados atendem demanda desde o público infantil ao idoso, além da abrangência dos direitos previstos em cada estatuto que devem ser promovidos e em caso de violação, seja ela qual for, acompanhados. E frente à tamanha demanda e o déficit de profissionais, a triagem realizada priorizará casos de violação de risco àqueles que estão em vulnerabilidade. Ter um polo que atuem atendendo essa demanda escolar diminuirá a demanda da política de assistência, que será acionada quando necessária,

pois encaminhamentos ocorrerão, pois profissionais capacitados para isso irão requerer os serviços disponíveis, buscando a proteção integral da criança; do adolescente e do jovem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a pobreza na Escola Estadual Governador Walfredo Gurgel, na qual estudei por vários anos, e me permitiu fazer a pesquisa, agora enquanto aluna de especialização, foi deveras enriquecedor, pois ouvir as falas da equipe, também me permitia a compreensão visual, pois já havia presenciado diversas situações relatadas, como os professores terem que terminar a aula mais cedo para que os alunos não perdessem o ônibus.

Lembro-me que na época que estudava a pobreza não era questionada, e essa realidade ainda persiste. A discursão de entender o porquê da sua existência, compreender as implicações econômicas, políticas e sociais imbricadas nesse processo só foram possíveis quando alcancei o nível superior. A pesquisa permitiu perceber que a maioria dos entrevistados concebe a pobreza erroneamente a escassez de rendimento, e tem uma visão territorial da mesma, os bairros que os alunos viam justificavam a sua identificação como alunos que vivenciavam situações de pobreza. Também foi observada a não intersectorialidade entre as políticas e o apontamento de uma equipe multidisciplinar ou programas que possibilitem o aluno passar o dia na escola com conforto e atratividade como maneiras de a escola lidar de forma mais direta com situações derivadas da pobreza. Esta deve ser estudada, debatida, pois além de permitir ao aluno o saber de si, e da estrutura social que o coloca nessa situação também os formam politicamente, tornando-os cidadãos ativos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Pobreza, desigualdades e educação. Módulo Introdutório.** Curso de Especialização de Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Ministério da Educação, 2016.



ARROYO, Miguel G. **Pobreza e Currículo uma complexa articulação. Módulo IV.** Curso de Especialização de Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Ministério da Educação, 2016b.

BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita; **Cidadania e Democracia**, in Revista Lua Nova, nº 33; ANPOCS, CEDEC; 1994.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 d outubro de 1988. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de edições técnicas, 2011. 578 p.

CANCIAN, Renato. **Estado do bem-estar social: História e crise do welfare state.** Especial para a página 3. Pedagogia & Comunicação. Publicado em 29/05/2007 às 09h32. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.htm> > Acesso em 09 dez 2016.

Boletim do Ministério de desenvolvimento e Combate à fome: **a extrema pobreza no seu município**. Dados municipais. Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=236 > Acesso 06 nov 2016.

Caminho da Escola. Disponível em:< <http://www.caminhodaescola.com.br/>> Acesso 8 dez 2016.

Deputado Estadual Rodrigo Coelho. **Vídeo de uma audiência pública sobre a equipe multidisciplinar na escola**. 2min16seg. Publicado em 10 de abril 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-di3OBziJg>> Acesso 8 dez 2016.

FARIA. Ernesto Martins. **Estudando Educação. Quantas horas um estudante do Brasil fica na escola em um ano.** Disponível Em: <<https://estudandoeducacao.com/2011/05/09/quantas-horas-um-estudante-no-brasil-fica-na-escola-em-um-ano/>> publicado em 09/05/2011. Acesso 10 nov 2016.
FORTES, Erasto. **Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. Módulo II.** Curso de Especialização de Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Ministério da Educação, 2016.

KLIKSBERG. Bernardo. **Dez falácias sobre os Problemas Sociais da América Latina.** R. paran. Desenv., Curitiba, n. 98, p. 3-26, jan/jun. 2000.
LEITE, Lucia Helena Alvares. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza. Módulo III.** Curso de Especialização de Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Ministério da Educação, 2016.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.



Ministério da Educação. **Saiba mais Programa mais educação**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>> Ano 2007. Acesso em 9 dez 2016.

PINZANI, Alessandro; REGO, Leão Walquíria. **Pobreza e cidadania. Módulo I**. Curso de Especialização de Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Ministério da Educação, 2016.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **Em Sociologia: Mais Valia**. Disponível em: < <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/mais-valia.htm>> Acesso em 9 dez 2016.

OLIVEIRA, Iris Maria de. **Pobreza e desigualdade social em Natal**/ Denise Câmara de Carvalho... [et al.] ; coordenação de Iris Maria de Oliveira. – Natal : EDUFRN, 2012. 198 p.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v. ISBN 85-256-0052-0 (Obra compl.) 1. Administração Pública. 2. Políticas Públicas. I. Saravia, Enrique. II. Ferrarezi, Elisabete. III. Título.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos** / Luana Siqueira. – 1. Ed. – São Paulo: Cortez.

TORRES, J.L. Jornal ADVFN. **Pnad: Rendimento Médio dos brasileiros foi de R\$ 2.056 em Janeiro de 2017**. Postado em: 24/02/2017 – 17h29min. Disponível em: < <http://br.advfn.com/jornal/2017/02/pnad-rendimento-medio-dos-brasileiros-foi-de-r-2-056-em-janeiro-de-2017>> Acesso em 31 mai 2017.

Vídeos:

YOUTUBE. Entrevista concedida pelo prof. Dr. Miguel Arroyo, **Repensar os Currículos**. Curso de Especialização em Educação, pobreza e Desigualdade Social. Ano 2016. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=Llv2NZDRuTg> > Acesso 06 março 16